

IV - avaliar e aprovar os seguintes instrumentos de planejamento:

- a) Plano de Transformação Digital - PTD;
b) Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC; e
c) Plano de Dados Abertos - PDA;

V - monitorar a execução do planejamento de TIC e a evolução dos indicadores de desempenho, de modo a reavaliar prioridades, identificar eventuais desvios e determinar correções necessárias;

VI - avaliar e aprovar ajustes no planejamento de TIC, incluindo a revisão de prioridades dos projetos e a alocação dos recursos orçamentários destinados à TIC, assegurando o alinhamento com o Planejamento Estratégico institucional;

VII - promover a transparência e a prestação de contas sobre as iniciativas de TIC e Governo Digital na CGU;

VIII - elaborar Relatório Anual de Avaliação dos temas sob sua coordenação para apresentação ao CGI; e

IX - Exercer outras atividades definidas pelo CGI.

§ 1º A condução das ações do Plano de Dados Abertos será atribuída à Secretaria de Integridade Pública.

§ 2º Em situações excepcionais, a Secretaria-Executiva poderá alterar a prioridade dos procedimentos de aquisição ou de desenvolvimento de soluções de TIC, devendo considerar o parecer da área de TIC responsável e comunicar a decisão aos membros do CGGD.

CAPÍTULO II

DA UNIDADE ORGANIZACIONAL EXECUTIVA

Art. 4º A Diretoria de Tecnologia da Informação é a unidade organizacional executiva responsável pela coordenação do CGGD.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º As questões omissas serão resolvidas pela Secretaria-Executiva.

Art. 6º Fica revogada a Portaria CGU nº 1.420, de 16 de abril de 2019.

Art. 7º Esta Portaria Normativa entra em vigor sete dias após a data de sua publicação.

VÂNIA LÚCIA RIBEIRO VIEIRA

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR CONSELHO SUPERIOR

ATA DA 291ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2023

Aos 10 dias do mês de maio de 2023, às 10h03, de forma híbrida, esteve reunido o Conselho Superior do Ministério Público Militar, sob a presidência do Dr. Antônio Pereira Duarte, Procurador-Geral de Justiça Militar, com a participação dos Conselheiros Carlos Frederico de Oliveira Pereira, Roberto Coutinho, Alexandre Concesi, Arilma Cunha da Silva, Herminia Celia Raymundo, Clauro Roberto de Bortolli, Samuel Pereira, Maria Ester Henriques Tavares, Maria de Lourdes Souza Gouveia e Luciano Moreira Gorrilhas. Ausência justificada do Conselheiro Giovanni Rattacaso. Primeira Parte - Expediente: 1. Aprovação da Ata da 290ª Sessão Ordinária: Aprovada. 2. Comunicações da Presidência: O Sr. Presidente saudou os presentes e todos aqueles que acompanhavam a sessão de forma virtual, cumprimentando, em especial, o Dr. José Carlos Couto de Carvalho, Subprocurador-Geral de Justiça Militar, aposentado, a quem encaminhou votos de saúde e paz. Agradeceu a presença dos Conselheiros que participaram da inauguração da Procuradoria de Justiça Militar no Maranhão, destacando o momento histórico de ampliação das fronteiras de atuação do MPM em espaços importantes como o da capital daquele estado. Ressaltou a acolhida ofertada pelo Ministério Público do Trabalho, na pessoa do Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho, Dr. Luciano Aragão Santos, a quem propôs a aprovação de Moção de Aplauso, extensiva ao Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho, Dr. José de Lima Ramos Pereira, e ao Diretor-Geral do MPT, Dr. Gláucio Araújo de Oliveira. A seguir, informou sobre a aprovação do Projeto de Lei nº 2.969/2022, que dispõe sobre a transformação de cargos de Analista do Ministério Público da União em cargos de Procurador de Justiça Militar, em cargos de Promotor de Justiça Militar, e em cargos em comissão que especifica, no âmbito do Ministério Público Militar, e altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, propondo a aprovação de Moção de Aplauso ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Arthur Lira, e ao Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, bem como aos Relatores nas respectivas Casas, Deputado Federal Murilo Galvão, e ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, como, também, ao Senador Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Após, conclamou os Conselheiros a participarem da votação para a eleição do representante do Ministério Público Militar no Conselho Nacional do Ministério Público - biênio 2024/2026, destacando a importância do acolhimento da candidatura do Dr. Jaime de Cassio Miranda, único candidato inscrito, revelando-se, assim, o alcance de sua representatividade institucional. Ao final de suas palavras, o Sr. Presidente propôs a aprovação de Moção de Pesar pelo falecimento do senhor Jeronymo Artur Brito D'Albuquerque Lima, pai do Dr. Oswaldo D'Albuquerque, Corregedor Nacional do Ministério Público. 3. Comunicações dos Conselheiros: O Conselheiro Clauro Roberto de Bortolli, na qualidade de Presidente da Comissão Geral Eleitoral, concitou a presença dos Conselheiros na votação para a escolha do representante do MPM no CNMP. Retomou o tema referente a aprovação do Projeto de Lei nº 2.969/2022 parabenizando o Sr. Presidente pelo esforço empreendido em prol da atuação do MPM, cujos cargos recém-criados sanam, em um primeiro momento, os espaços ainda não ocupados no território nacional. O Conselheiro Samuel Pereira, após os cumprimentos, informou que, naquela data, nas dependências da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, seria realizada a reunião do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. Agradeceu a Administração do MPM pela cessão do espaço, o que oportunizaria o acolhimento de colegas dos demais ramos e dos Ministérios Públicos estaduais. Convidou os Conselheiros a participarem, destacando a oportunidade de ser realizado amplo debate de temas relevantes para o Ministério Público brasileiro. Segunda Parte: Ordem do Dia: Inicialmente o Sr. Presidente apresentou, extrapauta, matéria referente à republicação da Resolução nº 92/CSMPM e da Resolução nº 97/CSMPM, tendo em vista a identificação de erro material no que diz respeito à duplicidade da numeração de artigos, sendo deliberado: "O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso da competência prevista no art. 131, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993, deliberou, à unanimidade, em autorizar a republicação da Resolução nº 92/CSMPM, de 8 de fevereiro de 2017, tendo em vista erro material identificado na duplicidade da numeração do art. 2º, autorizando, também, a republicação da Resolução nº 97/CSMPM, de 8 de novembro de 2017, tendo em vista a identificação de erro material relativo à duplicidade na numeração dos artigos 5º e 6º." 1) Autorização para o afastamento de membros do Ministério Público Militar para participarem do I Fórum Desafios Atuais para o Poder Judiciário e o Ministério Público: O Caso Brasil - Washington. O Sr. Presidente informou tratar-se de convite da Organização dos Estados Americanos visando a sua participação e da Dra. Najla Nassif Palma, Procuradora de Justiça Militar, bem como do Dr. Jorge Augusto Caetano de Farias, Promotor de Justiça Militar e Chefe de Gabinete do PGJM para Assuntos Administrativos, membro contemplado no sorteio da ANMPM, no I Fórum Desafios Atuais para o Poder Judiciário e o Ministério Público: O Caso Brasil, a realizar-se no período de 20 a 28 de maio de 2023, em Washington D. C./Estados Unidos da América. Termo de Deliberação: "O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso da competência prevista no art. 131 da Lei Complementar nº 75/1993, após apreciar o convite da Organização dos Estados Americanos, deliberou, à unanimidade, em autorizar o afastamento do país do Dr. Antônio Pereira Duarte, Procurador-Geral de Justiça Militar, da Dra. Najla Nassif Palma, Procuradora de Justiça Militar, e do Dr. Jorge Augusto Caetano de Farias, Promotor de Justiça Militar e Chefe de Gabinete do PGJM para Assuntos Administrativos, para participarem do "I Fórum sobre os Desafios Atuais para o Poder Judiciário e o Ministério Público: o caso Brasil", no período de 20 a 28 de maio de 2023, em Washington D.C./Estados Unidos da América." 2) Formação de lista tríplice para a escolha do Ouvidor do MPM - biênio 2023/2025. O Sr. Presidente informou que apenas a Dra. Najla Nassif Palma e o

Dr. Soel Arpini manifestaram interesse em integrar a lista tríplice destinada à escolha do Ouvidor do MPM - biênio 2023/2025. Antecipou que designaria a Dra. Najla, primeira candidata, por ela já desempenhar as funções de Ouvidora da Mulher, entendendo que a futura designação apenas somaria à sua atuação. A Conselheira Maria Ester Henriques Tavares sugeriu que fosse oportunizada a participação de outros colegas na função de ouvidor, especialmente quando os interessados já ocupam funções institucionais. A Conselheira Maria de Lourdes Souza Gouveia, acompanhando o entendimento da Conselheira Maria Ester, também sugeriu que fosse conferida ao Dr. Soel Arpini, Promotor de Justiça Militar, a oportunidade de ocupar a função de ouvidor, destacando o excelente trabalho por ele realizado na atividade-fim. O Conselheiro Clauro Roberto de Bortolli propôs que o Conselho Superior indicasse, em 1º lugar, a Dra. Najla Nassif Palma como Ouvidora e, em 2º lugar, o Dr. Soel Arpini como Ouvidor Substituto. Em votação, foi deliberado: "O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso da competência prevista no art. 131, inciso IX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e ao estabelecido no art. 3º da Portaria nº 14/PGJM, de 6 de fevereiro de 2017, deliberou, por maioria de votos (7x4) em indicar ao Procurador-Geral de Justiça Militar, a partir da relação de inscritos, os membros do Ministério Público Militar que manifestaram interesse em ocupar o cargo de Ouvidor-Geral do Ministério Público Militar no biênio 2023/2025. Em 1º lugar: Dra. NAJLA NASSIF PALMA, Procuradora de Justiça Militar. Os Conselheiros Carlos Frederico de Oliveira Pereira, Herminia Celia Raymundo, Maria Ester Henriques Tavares e Maria de Lourdes Souza Gouveia votaram no Dr. Soel Arpini. Em 2º lugar: Dr. SOEL ARPINI, Promotor de Justiça Militar." 3) Processo SEI Nº 19.03.0000.0003232/2020-63 - Proposta de alteração da Resolução nº 6/CSMPM, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar. Conselheira-Relatora: Dra. Maria Ester Henriques Tavares. Após a apresentação do relatório e voto pela relatora, foi deliberado: "O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso da competência prevista no art. 131, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993, apreciando o Processo SEI Nº 19.03.0000.0003232/2020-63, deliberou, à unanimidade, em aprovar a proposta de alteração da Resolução nº 6/CSMPM, de 10 de novembro de 1993, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar, aprovando, também, a alteração da Resolução nº 106/CSMPM, de 26 de junho de 2019, que regulamenta a distribuição dos feitos judiciais aos escritórios das Procuradorias de Justiça Militar." 4) Processo SEI Nº 19.03.0011.0000213/2023-11 - Proposta de alteração da Resolução nº 100/CSMPM, que dispõe sobre a instauração de Inquérito Civil e Procedimento Preparatório no Ministério Público Militar. Conselheiro-Relator: Dr. Carlos Frederico de Oliveira Pereira. Processo retirado de pauta.

Não havendo assuntos a serem deliberados, a sessão foi encerrada às 11h30.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Procurador-Geral de Justiça Militar
Presidente do CSMPM

GABRIELA DANTAS TREZI DE ARAUJO
Secretária do CSMPM

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 3.457, DE 23 DE JUNHO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o que consta no PA nº 4447/2023, resolve:

Art. 1º CRIAR a Divisão de Cerimonial e Eventos, vinculando-a à Secretaria-Geral da Presidência;

Art. 2º TRANSFORMAR o cargo em comissão de ASSESSOR-CJ1, atualmente vinculado à Secretaria-Geral da Presidência, em cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO DE CERIMONIAL E EVENTOS-CJ1, vinculando-o à Divisão de Cerimonial e Eventos;

Art. 3º TRANSFORMAR a função comissionada de ASSISTENTE-CHEFE DE SEÇÃO - FC05, atualmente vinculada à Seção de Cerimonial e Eventos, em função comissionada de ASSISTENTE-FC5, vinculando-a à Secretaria-Geral da Presidência;

Art. 4º VINCULAR à Divisão de Cerimonial e Eventos, 01 (uma) função comissionada de Assistente-FC03, anteriormente vinculada à Seção de Cerimonial e Eventos;

Art. 5º EXTINGUIR a Seção de Cerimonial e Eventos;

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 11ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CREF11/MS Nº 265, DE 6 DE JUNHO DE 2023

Revoga a Resolução CREF11/MS 203/2018 que dispõe sobre o procedimento de requerimento de registro de pessoa física junto CREF11/MS em caráter de urgência

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 11ª REGIÃO, no uso de suas regimentais.

CONSIDERANDO a deliberação da 108ª Reunião Plenária Ordinária realizada em 20 de maio de 2023, resolve:

Art. 1º - Revogar a Resolução CREF11/MS nº 203/2018 que dispõe sobre o procedimento de requerimento de registro de pessoa física junto CREF11/MS em caráter de urgência, publicada no DOU Nº 104, Seção 1, Página 157, de 01.06.2018.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELIANA DE MATTOS CARVALHO

DECISÃO DO PLENÁRIO Nº 9, DE 6 DE JUNHO DE 2023

SESSÃO 108ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - 20.05.2023

INTERESSADO Marcos Félix da Silva

ASSUNTO Irregularidade de titulação

EMENTA: REGISTRO PROFISSIONAL - DOCUMENTOS NÃO AUTÊNTICOS - CONFIRMAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FORMAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - CANCELAMENTO DE REGISTRO.

Trata-se de denúncia apresentada pelo Departamento de Registro referente a irregularidade na documentação apresentada para registro profissional em nome do Sr. Marcos Félix da Silva, registrado sob o nº CREF 011279-G/MS, com base no documento da Instituição Assupero - Ensino Superior Ltda, entidade Mantenedora da Universidade Paulista, com a informação de que o diploma apresentado pelo interessado não corresponde ao modelo utilizado pela respectiva instituição, confirmando, portanto, que não é autêntico.

DECISÃO COLEGIADA

Visto, e discutido estes autos, acordam os Membros do Plenário, na conformidade do parecer do relator, da ata e demais documentos juntados, por unanimidade de votos, julgar pelo CANCELAMENTO DO REGISTRO PROFISSIONAL de Marcos Félix da Silva, registrado sob o nº CREF 011279-G/MS, portador de CPF nº 777.xxx.xxx-00, com base no artigo 4º da Resolução CONFEE nº 345/2017, tendo em vista a comprovada irregularidade da documentação apresentada para registro.

ELIANA DE MATTOS CARVALHO
Presidente do Conselho



Provisória 2.225-45/2001, no art. 3º da Lei 8.911/1994, c/c o art. 15 da Lei 9.527/1997 e, para fins do disposto no RE 638.115/CE, na determinação judicial contida no MSG 2003.00.2.008895-7, e as vantagens da Lei 11.416/2006.

Des. CRUZ MACEDO

PORTARIA GPR Nº 1.485, DE 14 DE JUNHO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o contido no PA Nº 1021644/2023, resolve:

Art. 1º Exonerar JULIANA CRISTINA BOMFIM DOS SANTOS MILHOMEM, matrícula N. 312.940, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal do Cargo em Comissão, CJ-01, da Coordenadoria de Apoio Aos Magistrados.

Art. 2º Nomear JULIANA FERREIRA SILVA NONATO, matrícula N. 319.196, Analista Judiciário, Área Judiciária, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer o Cargo em Comissão, CJ-01, da Coordenadoria de Apoio Aos Magistrados.

Art. 3º Designar JULIANA CRISTINA BOMFIM DOS SANTOS MILHOMEM, matrícula N. 312.940, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada, FC-05, da Coordenadoria de Apoio Aos Magistrados.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CRUZ MACEDO

PORTARIA GPR Nº 1.544, DE 20 DE JUNHO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o contido no PA N. 1021346/2023, resolve:

Art. 1º Dispensar GILBERTO DE FREITAS LINS, matrícula N. 309.896, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal da Função Comissionada, FC-05, de Supervisor do Núcleo de Gestão de Dispositivos de Tecnologia da Informação Para Usuários.

Art. 2º Designar HELAUDSON JOSE DAMASIO, matrícula N. 311.146, Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Telecomunicações e Eletricidade, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada, FC-05, de Supervisor do Núcleo de Gestão de Dispositivos de Tecnologia da Informação Para Usuários, ficando dispensado da Função Comissionada, FC-03, da referida Unidade.

Art. 3º Designar DIEGO RODRIGUES DE SOUZA, matrícula N. 321.298, Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Suporte Em Tecnologia da Informação, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada, FC-03, do Núcleo de Gestão de Dispositivos de Tecnologia da Informação Para Usuários.

Art. 4º Dispensar HELAUDSON JOSE DAMASIO, matrícula N. 311.146, Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Telecomunicações e Eletricidade, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da substituição do titular da Função Comissionada, FC-05, de Supervisor do Núcleo de Gestão de Dispositivos de Tecnologia da Informação Para Usuários, nos seus impedimentos legais e eventuais.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CRUZ MACEDO

PORTARIA GPR Nº 1.558, DE 21 DE JUNHO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o contido no PA N. 1021936/2023, resolve:

Art. 1º Dispensar, a partir de 16 de junho de 2023, TÂNIA SIMÕES CAVALCANTI, matrícula N. 319.418, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal da Função Comissionada, FC-02, de Auxiliar Especializado da Secretaria da Primeira Turma Cível.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CRUZ MACEDO

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA SEGP Nº 85, DE 27 DE JUNHO DE 2023

A Secretária de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, no uso de sua competência delegada por intermédio da Portaria GPR 729/2022 e tendo em vista o contido no PA 0021046/2023, resolve:

Declarar vago, com base no inciso VIII do art. 33 da Lei 8.112/1990, um cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Sem Especialidade, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, a partir de 16 de junho de 2023, em virtude de seu ocupante, GESSYCA ALVES RIBEIRO, matrícula 321.366, haver tomado posse em outro cargo público inacumulável.

CARMEN CECÍLIA DA FONSECA LEMES FERREIRA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 770 - SGP, DE 22 DE JUNHO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o que consta do Processo 5569/2023 - PROAD resolve:

Conceder aposentadoria voluntária à servidora MARLENE CASTRO GONZALEZ, no cargo de Analista Judiciária - Área Judiciária - Oficial de Justiça Avaliador Federal, Classe "C", Padrão "13", com proventos correspondentes à totalidade da remuneração no cargo efetivo e fundamento no art. 20, incisos I a IV e §2º, I e 3º, I da Emenda Constitucional 103/2019, observando-se o acréscimo da vantagem pessoal nominalmente identificada, nos termos do art. 62-A da Lei 8.112/90, com redação dada pelo art. 3º, da MP 2225-45/01, nos moldes da decisão do STF no RE 638.115/CE, bem como da vantagem prevista no art. 16, §1º da Lei 11.416/2006 (Gratificação de Atividade Externa-GAE), além do adicional de qualificação previsto no art. 15, inciso III da Lei 11.416/2006.

CESAR MARQUES CARVALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

ATO PR Nº 429, DE 26 DE JUNHO DE 2023

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto no artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112/1990, e conforme Processo PROAD 31799/2023, resolve:

Art. 1º Declarar vago, a partir de 26/06/2023, 01 (um) cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em razão da posse de GISELLY BRITO CONDE, matrícula 182079, em outro cargo público.

BEATRIZ DE LIMA PEREIRA

ATO PR Nº 446, DE 22 DE JUNHO DE 2023

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto no artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112/1990, e conforme Processo PROAD 32746/2023, resolve:

Art. 1º Declarar vago, a partir de 28/06/2023, 01 (um) cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em razão da posse de PEDRO JOSÉ ROCHA OLIVEIRA, matrícula 178926, em outro cargo público.

BEATRIZ DE LIMA PEREIRA

ATO PR Nº 452, DE 23 DE JUNHO DE 2023

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto no artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112/1990, e conforme Processo PROAD 32875/2023, resolve:

Art. 1º Declarar vago, a partir de 28/06/2023, 01 (um) cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em razão da posse de LARISSA SOLINO DE SOUZA, matrícula 182087, em outro cargo público.

BEATRIZ DE LIMA PEREIRA

ATO PR Nº 455, DE 23 DE JUNHO DE 2023

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º da Lei nº 409/1948, combinada com a Lei nº 11.416/2006, nos termos do art. 8º, inciso I, da Lei nº 8.112/1990, Ofício Circular CSJT.GP.SG.SGPES N.º 20/2023, e tendo em vista o que consta do Processo TRT/MA nº 0000392-65.2017.5.02.0000 e do PROAD nº 46015/2019, resolve:

Art.1º Tornar sem efeito, em razão de desistência expressa, a nomeação ALINE RODRIGUES PORTO PEDROSA, 475ª colocada da lista geral, para exercer o cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, padrão TRT.2ª.A.NI.1, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em vaga decorrente da posse de Rodrigo Bazilio Terra em outro cargo público, nº 3271, efetivada pelo Ato PR nº 428, publicado no DOU em 20/06/2023;

Art. 2º Nomear RAMON VIDEIRA GOMES, 482º colocado da lista geral, para exercer o cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, padrão TRT.2ª.A.NI.1, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em vaga decorrente da posse de Rodrigo Bazilio Terra em outro cargo público, nº 3271;

Art. 3º Este Ato PR entra em vigor na data de sua publicação.

BEATRIZ DE LIMA PEREIRA

ATO PR Nº 458, DE 26 DE JUNHO DE 2023

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º da Lei nº 409/1948, combinada com a Lei nº 11.416/2006, nos termos do art. 8º, inciso I, da Lei nº 8.112/1990, Lei nº 12.990/2014 e Resolução CNJ nº 203/2015, Ofício Circular CSJT.GP.SG.SGPES N.º 20/2023, e tendo em vista o que consta do Processo TRT/MA nº 0000392-65.2017.5.02.0000 e do PROAD nº 46015/2019, resolve:

Art.1º Tornar sem efeito, em razão de desistência expressa, a nomeação OSMAR MATEUS DE SOUZA, 106º colocado da lista de candidatas negros, para exercer o cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, padrão TRT.2ª.A.NI.1, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em vaga decorrente da aposentadoria de Paulo Jose Nogueira, nº 538, efetivada pelo Ato PR nº 373, publicado no DOU em 01/06/2023;

Art. 2º Nomear CESAR DE OLIVEIRA LIMA, 115º colocado da lista de candidatos negros, para exercer o cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, padrão TRT.2ª.A.NI.1, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em vaga decorrente da aposentadoria de Paulo Jose Nogueira, nº 538;

Art. 3º Este Ato PR entra em vigor na data de sua publicação.

BEATRIZ DE LIMA PEREIRA

PORTARIA CR/SGP Nº 14 TRT 2ª REGIÃO, DE 27 DE JUNHO DE 2023

O DESEMBARGADOR CORREGEDOR DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com o fundamento legal nos arts. 143, 148 e 145, § único, da Lei nº 8.112/1990 e, considerando o Processo Administrativo - Proad nº 32890/23, resolve:

Art. 1º Designar o Excelentíssimo Senhor Juiz Titular de Vara do Trabalho, Dr. FERNANDO MARQUES CELLI, matriculado sob n.º 95915, e os servidores CLÁUDIO HENRIQUE DE PAULA SALVADOR, ocupante do cargo de Analista Judiciária - Área Judiciária, matriculado sob n.º 141453, e LUIS ANTONIO SOARES, ocupante do cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa- Polícia Judicial, matriculado sob n.º 44300, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo de Sindicância Preparatória, visando à investigação dos fatos tidos como possíveis irregularidades, descritos no processo administrativo - Proad nº 32890/23, bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso da investigação, cabendo ao Presidente da Comissão tomar todas as providências necessárias a regular instrução do processo administrativo instaurado.

Art. 2º A Sindicância, por sua natureza investigativa, será célere, não terá natureza acusatória, sem contraditório, posto que visa apurar a ocorrência de materialidade, indícios de autoria, possíveis prejuízos à Administração Pública, dentre outros elementos capazes de esclarecer os fatos em referência e próprios de tal procedimento.

Art. 3º A Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, podendo colher depoimentos e demais diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas e/ou informações pertinentes.

Art. 4º Estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos da referida Comissão.

Art. 5º Esta Portaria CR/SGP entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO DE AZEVEDO SILVA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 3.064, DE 6 DE JUNHO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no PA nº 3803/2023, resolve:

Designar o servidor CLEOMAR VAZ MEDINA (111872), ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Administrativa, para exercer, em substituição, o cargo em comissão de DIRETOR DE SECRETARIA-CJ3, da Secretaria Processual, no período de 28-6-2023 a 30-6-2023, no impedimento legal do titular e do substituto designado.

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 3.087, DE 7 DE JUNHO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no PA nº 3942/2023, resolve:

Designar a servidora AMALIA HEEMANN JUNGES (109118), ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer, em substituição, o cargo em comissão de COORDENADOR-CJ2, da Coordenadoria de Contabilidade, no período de 28-6-2023 a 30-6-2023, no impedimento legal do titular e do substituto designado.

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 3.097, DE 7 DE JUNHO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no PA nº 3960/2023, resolve:

Designar a servidora NORAH COSTA BURCHARDT (96539), ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Biblioteconomia, para exercer, em substituição, o cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO-CJ1, da Biblioteca do Tribunal, no período de 28-6-2023 a 30-6-2023, no impedimento legal do titular e do substituto designado.

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO



PORTARIA Nº 3.109, DE 9 DE JUNHO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no PA nº 3962/2023, resolve:

Designar a servidora MARIANA GROSSER DA COSTA (110086), ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Administrativa, para exercer, em substituição, o cargo em comissão de DIRETOR DA SECRETARIA DE AUDITORIA-CJ3, da Secretaria de Auditoria, no período de 28-6-2023 a 30-6-2023, no impedimento legal do titular e do substituto designado.

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 3.202, DE 13 DE JUNHO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no PA nº 4056/2023, resolve:

Designar o servidor JAKSON DUTRA PINTO (108553), ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer, em substituição, o cargo em comissão de DIRETOR DE SECRETARIA-CJ3, da 4ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul, no período de 28-6-2023 a 30-6-2023, no impedimento legal do titular e do substituto designado.

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 3.453, DE 23 DE JUNHO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no PA nº 4437/2023, resolve:

Designar a servidora ROSAURA PEREIRA GONCALVES (94951), ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer, em substituição, o cargo em comissão de DIRETOR DE SECRETARIA-CJ3, da Secretaria de Gestão de Pessoas, no período de 28-6-2023 a 30-6-2023, no impedimento legal do titular e do substituto designado.

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 3.459, DE 23 DE JUNHO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o que consta no PA nº 4447/2023, resolve:

1. Dispensar a servidora Anna Karina Queiroz Rivera Palmeira (86738), ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, da função comissionada de ASSISTENTE-CHEFE DE SEÇÃO - FC05 da Seção de Cerimonial e Eventos;
2. Declarar VAGA, em decorrência, a função comissionada acima referida;
3. Nomear a servidora Anna Karina Queiroz Rivera Palmeira (86738), ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer o cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO DE CERIMONIAL E EVENTOS-CJ1 da Divisão de Cerimonial e Eventos;

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 3.462, DE 23 DE JUNHO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o que consta no PA nº 4447/2023, resolve:

1. Exonerar a servidora Fernanda Comerlato Jardim (53481), ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do cargo em comissão de ASSESSOR-CJ1 da Secretaria-Geral da Presidência;
2. Declarar VAGO, em decorrência, o cargo em comissão acima referido;
3. Nomear a servidora Fernanda Comerlato Jardim (53481), ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR ADMINISTRATIVO-CJ1 do Gabinete do Exmo. Desembargador Francisco Rossal de Araújo;

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 3.463, DE 23 DE JUNHO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o que consta no PA nº 4447/2023, resolve:

1. EXONERAR a servidora Maria Letícia Mollmann (31801), ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Administrativa, do cargo em comissão de ASSESSOR ADMINISTRATIVO-CJ1 do Gabinete do Exmo. Desembargador Francisco Rossal de Araújo;
2. DECLARAR VAGO, em decorrência, o cargo em comissão acima referido;
3. DESIGNAR a servidora Maria Letícia Mollmann (31801), ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de ASSISTENTE-FC5 da Secretaria-Geral da Presidência.

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 3.478, DE 26 DE JUNHO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no PA nº 4462/2023, resolve:

DESIGNAR o servidor CLEVERSON LEANDRO DOS SANTOS (109878), ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, para exercer, em substituição, o cargo em comissão de DIRETOR DE SECRETARIA-CJ3, da 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, no período de 28-6-2023 a 30-6-2023, no impedimento legal do titular e do substituto designado.

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO**ATO TRT6-GP Nº 388, DE 27 DE JUNHO DE 2023**

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, de acordo com o art. 96, alínea "e", da Constituição Federal, combinado com os artigos 6º, 8º, inciso I, 9º, inciso I e 10º da Lei nº 8.112/90,

CONSIDERANDO que, por meio do Ofício Circular CSJT.GP.SG.SGPES nº 20/2023 e do Ofício CSJT.SG.SGPES nº 129/2023, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), lastreado no Anexo V, da Lei Orçamentária Anual - LOA/2023, promoveu a distribuição de cargos destinados para a Justiça do Trabalho, concedendo a este Regional autorização para provimento de 108 (cento e oito), sendo 17 (dezesete) cargos de Analista Judiciário e 91 (noventa e um) cargos de Técnico Judiciário,

CONSIDERANDO o ATO TRT6-GP nº 379/2023 que trata da alteração de área/especialidade de 05 (cinco) cargos vagos de provimento efetivo da Carreira Judiciária Federal, do Quadro de Pessoal desta Corte para Técnico Judiciário, Área Administrativa (sem especialidade),

CONSIDERANDO a desistência expressa de candidatos(as) habilitados(as), conforme o contido no PROAD nº 5254/2023,

CONSIDERANDO o término da listagem constante no Edital nº 25/2022, que trata da reclassificação de Candidatos(as) Autodeclarados(as) Negros(as) aprovados(as) para o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, publicado no Diário Oficial da União, seção 3, na edição de 31/01/2022,

CONSIDERANDO o Edital de alteração da data de cessação dos efeitos da suspensão do prazo de vigência do concurso público de servidores(as) realizado em 2018, publicado em 6 de abril de 2023, na Seção 3, do Diário Oficial da União,

CONSIDERANDO o Edital de prorrogação do prazo de validade do concurso público de servidores(as) realizado em 2018, publicado em 29 de maio de 2023, na Seção 3, do Diário Oficial da União, resolve:

NOMEAR os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no concurso público promovido por este Tribunal em 2018, para exercerem os cargos efetivos, abaixo mencionados, integrantes do Quadro de Pessoal Permanente deste Regional, observando-se a ordem de classificação, ficando todos(as) lotados(as) na Coordenadoria de Quadro de Pessoal aguardando lotação definitiva:

TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA (sem especialidade), CLASSE A, PADRÃO 1, NÍVEL INTERMEDIÁRIO

1. HERBERT BIJOS ARAÚJO, classificado em 294º lugar, para o cargo criado pela Lei nº 7.517/86, publicada em 15/07/1986, vago em decorrência do falecimento do servidor ADEMILSON CLAUDINO DA SILVA, número da vaga 408, nos termos da PORTARIA TRT6-SGEP nº 95/2020, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, em 16/06/2020;

2. EDUARDO ARAÚJO DONIDA, classificado em 298º lugar, para o cargo criado pela Lei nº 7.517/86, publicada em 15/07/1986, vago em decorrência da aposentadoria do servidor FRANCISCO LUDGERO NETO, número da vaga 414, nos termos do ATO TRT6-GP nº 23/2018, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, em 31/01/2018 e tendo em vista a desistência expressa das candidatas Priscila Bastos Antunes Campos (295º lugar) e Roberta Gouveia de Rezende Pereira (296º lugar), bem como do candidato Helder Brito De Sá Lopes (297º lugar);

3. LIVIA MARIA CORREA LABRE, classificada em 301º lugar, para o cargo criado pela Lei nº 5.794/72, publicada em 21/07/1972, vago em decorrência da transferência do servidor JESSÉ FERREIRA DOS ANJOS SILVA, número da vaga 38, nos termos do ATO TRT6-GP nº 89/2004, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, em 12/03/2004 e tendo em vista a desistência expressa do candidato Eduardo Filipe Melo de Almeida (299º lugar), bem como da candidata Ápia Priscilla Medeiros de Souza (300º lugar);

4. PAULA REGINA VIEIRA DE ARAGÃO, classificada em 303º lugar, para o cargo criado pela Lei nº 5.645/70, publicado em 11/12/1970, vago em decorrência da aposentadoria do servidor JOSÉ CARLOS DE LIMA, número da vaga 6, nos termos do ATO TRT6-GP nº 89/2020, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, em 10/07/2020 e tendo em vista a desistência do candidato João Guilherme Berardi Emerenciano (302º lugar);

5. VINICIUS XAVIER SEVESQUIM, classificado em 305º lugar, para o cargo criado pela Lei nº 7.729/89, publicado em 17/01/1989, vago em decorrência da aposentadoria do servidor JOSÉ TARCÍSIO DANTAS, número da vaga 1411, nos termos do ATO TRT6-GP nº 343/2018, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, em 08/11/2019 e tendo em vista a desistência da candidata Jaqueline Fatureto Alves Marega (304º lugar).

Este Ato produzirá efeitos a partir da data de sua publicação.

NISE PEDROSO LINS DE SOUSA

ATO TRT6-GP Nº 387, DE 27 DE JUNHO DE 2023

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o contido nos PROADs nº 4694/2023 e 5254/2023, resolve:

I - TORNAR SEM EFEITO o ATO TRT6-GP Nº 349/2023, publicado no Diário Oficial da União de 13/06/2023, seção 2, páginas 88/89, referente à nomeação da candidata CAMILA CHUNG DOS SANTOS, classificada em 8º lugar da lista de classificação de candidatos(as) autodeclarados(as) negros(as), para o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária (sem especialidade), em virtude de sua desistência expressa em tomar posse no referido cargo;

II - TORNAR SEM EFEITO o ATO TRT6-GP Nº 361/2023, publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2023, seção 2, página 80, referente à nomeação da candidata THAIS DE FATIMA FAUSTINO ALEXANDRE, classificada em 268º lugar, para o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, sem especialidade, em virtude de sua desistência expressa em tomar posse no referido cargo;

III - TORNAR SEM EFEITO o ATO TRT6-GP Nº 372/2023, publicado no Diário Oficial da União de 21/06/2023, seção 2, página 73/74, referente à nomeação do candidato RAPHAEL PEDRO DOS SANTOS LOPES LIMA, classificado em 293º lugar, para o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, sem especialidade, em virtude de sua desistência expressa em tomar posse no referido cargo;

IV - TORNAR SEM EFEITO o ATO TRT6-GP Nº 375/2023, publicado no Diário Oficial da União de 21/06/2023, seção 2, página 74, referente à nomeação da candidata CAROLINA MACHADO MIRANDA, classificada em 33º lugar, para o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária (sem especialidade), em virtude de sua desistência expressa em tomar posse no referido cargo.

Este Ato produzirá efeitos a partir da data de sua publicação.

NISE PEDROSO LINS DE SOUSA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**ATO TRT7.GP Nº 175, DE 26 DE JUNHO DE 2023**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 13, parágrafo 6º da Lei nº 8.112/1990, e tendo em vista o PROAD 4057/2018, resolve:

Tornar sem efeito, por decurso de prazo legal, a nomeação publicada no Diário Oficial da União de 24/05/2023, constante do ATO TRT7.GP Nº 132, de 22/05/2023, referente ao candidato:

CHARLYS OLIVEIRA RODRIGUES, classificado em 127º lugar na lista de candidatos de ampla concorrência, para o cargo da Carreira Judiciária de Técnico Judiciário - Área Administrativa, Classe "A", Padrão I, do Quadro Permanente de Pessoal deste Regional.

DURVAL CÉSAR DE VASCONCELOS MAIA

ATO TRT7.GP Nº 176, DE 26 DE JUNHO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos dos artigos 9º, inciso I e 10 da Lei nº 8.112/1990, em conformidade com o OFÍCIO CIRCULAR CSJT.GP.SG.SGPES Nº 20/2023 (Resolução Administrativa PROAD Nº 1250/2023), e tendo em vista o constante no PROAD 4057/2018, resolve:

Nomear a candidata abaixo relacionada, aprovada em concurso público realizado por este Tribunal, homologado pela Resolução nº 442, de 19.12.2017 (DEJT de 21.12.2017) e prorrogado mediante Resolução Administrativa N.º 5834/2019 (DEJT de 11.09.2019), por mais dois anos, com a fluência do prazo de validade suspensa de 20 de março de 2020 a 31 de dezembro de 2021 (Resolução Administrativa PROAD nº 2150/2020 - DEJT 10.6.2020 e Resolução Administrativa PROAD nº 3340/2021 - DEJT de 5.7.2021), para exercer em caráter efetivo o cargo da Carreira Judiciária de Técnico Judiciário - Área Administrativa, Classe "A", Padrão I, do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria deste Regional:

PRISCILA FERREIRA SANTOS classificada em 142º lugar na lista de candidatas da ampla concorrência, conforme Edital nº 11 - TRT7, de 2/2 /2018 e alterações posteriores, publicado no Diário Oficial da União de 5/2/2018, em vaga originária da aposentadoria de Francisco Cavalcante Araripe e em virtude das desistências formais de Viviane Cristina Zomignan, Hélio Soares de Araújo, Maria Antonizete de Oliveira Silva e do não comparecimento dentro do prazo regulamentar para posse de Daniela de Souza Gomes e Charlys Oliveira Rodrigues.

DURVAL CÉSAR DE VASCONCELOS MAIA

